

# CÂNCER

## Mais humanização e solidariedade

» SILVESTRE GORGULHO

Jornalista, foi secretário de Estado de Comunicação (1985/1988) e de Cultura (2007/2010)



MAURE

O mundo precisa cada vez mais de gente que se preocupa com gente. Tenho acompanhado a luta de pessoas amigas que fazem tratamento de câncer. Acompanho, também, o esforço e o exemplo de profissionais da saúde que estão na linha de frente dessa doença que, pelos dados do Instituto Nacional de Câncer, atingiu mais de 625 mil casos novos neste biênio 2020-2022. Isso só no Brasil.

Na convivência com os médicos Gustavo Fernandes, Rafael Gadia, Fernando Maluf, Daniel Girardi e Roland Montenegro, aprendi duas lições: o câncer é uma doença que agride o corpo da pessoa, mas não consegue destruir o sonho de quem luta pela vida; e que toda prevenção é um ato de amor com o próprio corpo e com todas as pessoas que estão ao nosso redor por amor ou amizade.

Brasília é a terceira unidade da Federação mais populosa do país. A população do Distrito Federal está na casa dos 3,7 milhões. Quando somados ao número de pessoas que vivem no entorno do DF, chega à casa dos 5 milhões. Brasília, por ser a capital e um polo de desenvolvimento no Centro-Oeste, concentra os serviços terciários capazes de melhor cuidar dos pacientes oncológicos.

Com uma população beirando os 5 milhões, o médico Daniel Girardi, do Hospital Sírio Libanês-Brasília e chefe do Serviço de Oncologia do Hospital de Base, explica que são esperados para este ano de 2022 aproximadamente 12 mil casos novos de câncer no DF e entorno. Do total de casos, cerca de 70% dos pacientes realizarão tratamento no SUS. Mais: 60% dependerão exclusivamente do SUS para cirurgia e radioterapia.

A conclusão é óbvia: aproximadamente 7.200 casos novos de câncer na região do DF e entorno dependerão de tratamento em hospitais públicos. É fato que Brasília é hoje um centro de excelência em tratamento da saúde. Novos e grandes hospitais de ponta foram construídos e o corpo médico é altamente qualificado. Mas é bom lembrar que o DF conta, hoje, com apenas três hospitais públicos capazes de prestar tratamento oncológico pelo SUS: Hospital Universitário da Universidade de Brasília, Hospital Regional de Taguatinga e o Hospital de Base.

O maior serviço de oncologia encontra-se no Hospital de Base, que atende pacientes portadores de câncer desde o início das suas atividades, em 1964, e possui residência médica em oncologia desde 1992. Atualmente, é um hospital capacitado para atendimentos, diagnósticos de alta complexidade em todo o tipo de câncer. Desde 2008, é um centro de referência de alta complexidade em oncologia. Apesar disso, tanto o Hospital de Base, quanto outros hospitais públicos têm dificuldade em realizar reformas e modernizações devido ao orçamento governamental sempre muito restrito.

Desde 2019, Daniel Girardi — que tem hoje uma história profundamente ligada a Brasília — chefiou o serviço de oncologia do Hospital de Base. Chegou aqui com a família, em 2017, para trabalhar no Hospital Sírio Libanês. Em 2018, aceitou o desafio de ir para o Hospital de Base. Pai de dois candanguinhos — Rafael de três anos e Leonardo de dois anos — com especialização em oncologia pela Faculdade de Medicina da USP e experiência internacional no National Cancer Institute (EUA), Girardi

assumiu, em 2019, a chefia da oncologia do HB.

Viu logo uma enfermaria que necessitava de reformas: quartos, pinturas, banheiros e marcenaria precisavam de profunda restauração. Foi aí que entrou em ação Vera Lucia Bezerra da Silva, líder da Rede Feminina de Combate ao Câncer, em Brasília. Num ação coletiva, buscaram-se novos parceiros. Integrou-se ao mutirão da saúde, o grupo Bora Arquitetos Associados com Rafaella Brasileiro e Alex Brasileiro. O grupo se comprometeu a realizar o projeto arquitetônico gratuitamente que, devido à pandemia, acabou sendo impactado e sofrendo atrasos. Só agora em abril, tudo foi orçado e o projeto concluído.

Para as obras, novos parceiros voluntários se juntaram ao mutirão do Hospital de Base. Os empresários Rogério Naves e Fabio Padilha auxiliaram na criação da campanha Vidas Salvam Vidas e busca de recursos [[www.vidassalvandovidas.com.br](http://www.vidassalvandovidas.com.br) — doações de qualquer valor, pix (61) 9 8580-4019]. Para a viabilização das obras, o deputado distrital Roosevelt Vilela destinou uma emenda parlamentar.

Ufa! As obras se iniciaram em março. Entre as melhorias, estão a restauração e modernização da pintura dos quartos, trazendo cores mais acolhedoras, a modernização do piso, o reparo dos banheiros, a restauração dos armários e a instalação de televisores para que pacientes e familiares tenham um pouco de entretenimento. O impacto é enorme. A medicina cura. Mas quem salva é o profissional humano, vigilante, dedicado, fraterno, competente e o ambiente mais acolhedor e aconchegante. Cada vez que a tecnologia avança, há que avançar também na humanização.

# Reciclagem ganha peso no Brasil

» CLINEU ALVARENGA

Presidente do Instituto Nacional de Reciclagem

LUCIANA FIGUERAS

Advogada, presidente do Instituto Agenda Urgana Brasil, CEO na Tomorrow Gestão Executiva do Meio Ambiente e diretora de Relações Institucionais e Governamentais do Instituto Nacional de Reciclagem

A reciclagem de materiais, essencial na preservação do meio ambiente, no estímulo à economia circular e na geração de empregos e impostos, é cada vez mais valorizada em todo o mundo. Não há dúvidas de que é preciso estimular esse setor, que retine, apenas no Brasil, mais de 5 milhões de pessoas, entre catadores, empresas de pequeno e médio portes, transportadores e entidades dedicadas a tornar o planeta mais habitável.

Os incentivos à reciclagem de todos os segmentos — de ferro e aço, papel, alumínio, plásticos, vidro, eletrônicos, borracha e pneus, entre outros, ainda estão longe do ideal no país. Os órgãos públicos da maioria dos estados e municípios, além dos federais, ainda não destinam a devida atenção e importância aos recicladores e catadores autônomos, seja por meio de linhas de crédito subsidiadas, seja de outras ações que estimulem a atividade.

Para tentar tornar o segmento mais representativo junto à sociedade civil e poderes Executivo e Legislativo, o Inesfa, entidade com 47 anos de atuação e com larga experiência no processamento de ferro e aço, passará a abrigar as outras áreas da reciclagem. Com isso, passa a ser conhecido como Instituto Nacional da Reciclagem. No final de abril, um grande evento em Brasília, O Poder da Reciclagem no Brasil, reuniu mais de 300 representantes da reciclagem e formalizou o Inesfa como a entidade que representará os interesses do setor.

Alguns resultados concretos já ocorreram no evento, como o anúncio da criação da Frente Parlamentar dos Recicladores do Brasil, que se empenhará em defender as reivindicações desses

trabalhadores no Congresso Nacional, com apoio do Inesfa. É um passo importante, mas ainda insuficiente para trazer melhorias tanto às empresas quanto aos catadores, os chamados “carrinheiros”, mais de 1,5 milhão de pessoas que sobrevivem recolhendo materiais e mantendo as cidades limpas.

A Lei 14.260, por exemplo, do final do ano passado, que estabeleceu incentivos à indústria de reciclagem, não deixa claro quais instrumentos o governo propõe visando estimular a área no país. Além disso, faltam linhas de crédito para aquisição de equipamentos às empresas recicladoras, tanto por meio de bancos de fomento, como o BNDES, quanto por instituições privadas. Essa é uma das prioridades no trabalho do Inesfa neste momento.

Para piorar a situação da atividade, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou, no ano passado, em reunião plenária dos ministros, a isenção do PIS e Cofins nas operações de venda de materiais recicláveis à indústria de transformação. Essa isenção existia havia mais de 15 anos e foi instituída na ocasião como um estímulo à reciclagem de insumos descartáveis.

A decisão do STF desestimula toda a cadeia de reciclagem, dos catadores à indústria de transformação. Os impactos sociais, ambientais e econômicos, caso o Supremo não reveja a medida, vão afetar toda a sociedade e prejudicar ainda mais a imagem do Brasil no mundo, em relação ao meio ambiente. Com a resolução do STF, as empresas e cooperativas de reciclagem voltarão a pagar os impostos (3,65% ou 9,25%) na venda às indústrias, sem nenhuma garantia de repasse no preço.

Um estudo recente da consultoria GO Associação mostrou que o Brasil ainda recicla muito pouco (2,1%, conforme dados oficiais do Snis) de todo o volume de resíduos coletados e destinados aos aterros e lixões. Esse percentual está longe da meta definida pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que define 20% até 2040, e de outros países, que já reciclam mais de 50% do volume: Alemanha (56,1%), Áustria (53,8%) e Coreia do Sul (53,7%). O estudo traz um número preocupante: o Brasil perde, por ano, no mínimo R\$ 1,1 bilhão por não estimular de forma adequada o setor de reciclagem.

Alguns materiais no Brasil, que são mais estimulados, apresentam taxas melhores, diz o estudo. A reciclagem de sucata ferrosa, por exemplo, supera 9 milhões de toneladas ao ano, enquanto o índice de reciclagem das latas de alumínio é de 98,7%, conforme o Recicla Latas.

No final deste mês de maio, representantes do Inesfa participaram, em Barcelona, entre os dias 23 e 25, de seminário do Bureau of International Recycling (BIR), do qual o Inesfa é a única entidade brasileira associada. O BIR é a única federação global da indústria de reciclagem, que representa mais de 30 mil empresas em todo o mundo e 38 associações nacionais de 67 países.

Foi ótima oportunidade de o Inesfa rever as experiências em todo mundo e trazer sugestões para a reciclagem ganhar ainda mais peso. O Brasil não pode se manter atrasado em relação ao mundo moderno, que percebeu há algum tempo a importância de incentivar essa atividade em toda a sua cadeia.

## Desigualdade de gênero deixa o Itamaraty de saia justa

» JULIANA BRIZOLA

Deputada (líder da bancada do PDT na Alers), graduada em direito, mestre em ciências criminais

Em 2023 vamos celebrar 105 anos desde o dia em que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) teve que abrir as portas para a primeira mulher ingressar no Itamaraty, a baiana Maria José de Castro Rebello Mendes, então com 27 anos. Depois de tantos anos, a desigualdade de gênero persiste no Itamaraty, pois a carreira de diplomata é predominantemente masculina.

A valente Maria José enfrentou muitos obstáculos desde que não aceitaram sua inscrição, alegando que mulher não podia participar do concurso. As manchetes dos jornais questionavam se mulheres poderiam ocupar cargos públicos. Seu ingresso na carreira diplomática só foi possível por intercessão do jurista Ruy Barbosa junto ao então ministro das Relações Exteriores, Nilo Peçanha, que, sob pressão, autorizou a inscrição dela com um despacho: “Não sei se as mulheres desempenhariam com proveito a diplomacia, onde tantos atributos de discrição e capacidade são exigidos [...]. Melhor seria, certamente, para seu prestígio, que continuassem à direção do lar, tais são os desenganos da vida pública, mas não há como recusar sua aspiração, desde que fiquem provadas suas aptidões”. Maria José foi aprovada em 1º lugar. Diante desse fato inédito, tiveram que adaptar um espaço para banheiro feminino no prédio do MRE.

Em abril de 2022, o quadro de 1.540 diplomatas era formado por 356 mulheres (23%) e 1.184 homens (dados do MRE). O perfil da diplomacia brasileira, segundo especialistas, é o do homem branco, de classe média alta, com acesso à educação e ao apoio de familiares que já fizeram o concurso. Recentemente, o embaixador e ex-ministro Sergio Amaral causou indignação ao afirmar, em entrevista à TV Cultura, que o baixo número de mulheres no Itamaraty ocorre por causa de questões de “qualificação” para um “concurso exigente”. Desde a aprovação no concurso do Instituto Rio Branco, as mulheres enfrentam discriminação. Mesmo tendo as mesmas qualificações, elas não têm as mesmas oportunidades oferecidas aos homens. Não há nenhuma diplomata em embaixadas de maior visibilidade para a política externa brasileira, e elas nunca chefiaram postos estratégicos como Paris, Washington, Buenos Aires, Londres, Tóquio ou Pequim. Não há vontade política para que as diplomatas ocupem posições que valorizem seu trabalho e sua capacidade de liderança.

Outro assunto velado é a questão do assédio. Quando uma reportagem anunciou que não havia assédio no Itamaraty, algumas diplomatas fizeram uma enquete e registraram mais de 100 casos de comportamento sexista dentro da instituição. Servidoras e diplomatas, em um grupo fechado no Facebook, relataram casos de assédio moral e sexual. Em um dos relatos, uma diplomata contou que um ex-chefe que a assediava se vingou transferindo-a para um local que não atendia aos seus interesses profissionais.

Com o objetivo de combater a falta de representatividade feminina no Itamaraty, um grupo de diplomatas, criado em 2013, produziu o documentário Exteriores: Mulheres Brasileiras na Diplomacia. Uma das líderes é Irene Vida Gala, 60, ex-embaixadora em Gana e atual subchefe do escritório de representação do Itamaraty (São Paulo). Irene tornou-se a porta-voz das diplomatas que se sentem discriminadas. Ela é exemplo de como uma mulher em cargo de chefia pode fazer a diferença. Quando foi cônsul-geral adjunta em Roma soube de casos de violência doméstica contra brasileiras casadas com italianos, e da perda da guarda dos filhos quando pediam divórcio. Sua atitude foi abrir as portas do consulado, comunicando publicamente quem precisasse de ajuda encontraria um ombro, advogado e assistência social. E foram muitas as denúncias recebidas.

A predominância masculina é de natureza estrutural e não ocorre apenas na diplomacia. Os homens têm acesso a cargos de poder e a salários maiores do que mulheres com as mesmas qualificações. É preciso somar a luta das diplomatas por igualdade e respeito com a luta das mulheres em outras profissões.

Passou da hora de o Itamaraty se libertar dessa saia justa, dessa situação embaraçosa de ser uma instituição que defende a igualdade na diplomacia e nas relações exteriores, ao mesmo tempo em que discrimina mulheres na própria estrutura. A imagem que o Brasil deve transmitir é a de um país que valoriza a igualdade de gênero e a afirmação dos direitos humanos.